

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
4º SEMESTRE/2004  
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO  
PROFESSOR: GERALDO BEAUCLAIR  
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

## **LIBERALISMO ECONÔMICO: TEORIA E PRÁTICA**

(Industrialização britânica e francesa)

### **INTRODUÇÃO**

Tentarei comparar, no presente trabalho, os processos de industrialização britânico e francês. O britânico porque apresenta rupturas, sobretudo no campo, com formas de propriedade inadequadas para o pleno desenvolvimento de uma economia de mercado, ou seja, produtora de mercadorias a pleno vapor, processo cuja dimensão clássica será discutida adiante. O caso francês, pelo contrário, por apresentar acomodações com formas de propriedade pré-capitalistas.

Analisarei primeiro o processo britânico, o mais radical; em seguida o francês, para depois compará-los. A partir deste esforço, analisarei a atuação do Estado supostamente liberal nos dois processos. Antes, farei algumas considerações sobre o liberalismo econômico enquanto teoria.

### **O ESTADO E O IDEÁRIO LIBERAL**

*Elimine-se o regime do capital, e o Estado permanecerá, embora deva se alterar enormemente; elimine-se o Estado, e o regime do capital não durará sequer um dia.*

*Robert L. Heilbroner*

As primeiras formulações teóricas sobre o liberalismo econômico foram dadas por Adam Smith em seu famoso livro “*A Riqueza das Nações*” (1776). Nele, defende a mais ampla liberdade econômica, opondo-se radicalmente a qualquer direito de o Estado intervir na economia; uma condenação às práticas mercantilistas e sobrevivências feudais. Nenhuma planificação, nenhuma regulamentação, nenhum controle do Estado cuja função seria a de manter a ordem para o livre funcionamento das empresas privadas.

Thomas Mun preocupava-se com a riqueza da Inglaterra; Adam Smith, com a riqueza das nações. Com Smith temos, portanto, um alargamento do horizonte intelectual e, por conseguinte, uma elevação do grau de abstração dos conceitos. Isto, em parte, poderia explicar – ou justificar – a diversidade de práticas estatais segundo o país em questão, cada um dos quais portando singularidades que desviariam a atuação do Estado de alguns dos princípios liberais acima descritos. Mas não explica, e muito menos justifica.

Na verdade, entre a teoria econômica liberal aplicada ao Estado e a imprescindível atuação do Estado como agente econômico, jurídico-político e ideológico do desenvolvimento industrial burguês medeia um abismo gigantesco. E não poderia ser diferente, já que o liberalismo tem como pressuposto teórico a idéia de que o Estado está acima dos interesses de classe, equívoco que lamentavelmente não poderemos discutir neste trabalho, mas que se evidencia nas práticas – no mínimo não liberais - adotadas por todos os Estados europeus atingidos pela industrialização, vale dizer, práticas comprometidas com a acumulação de capital, realizada às custas de uma brutal exploração do produtor direto.

Mergulhado em suas contradições teóricas, o Estado liberal, pragmático, vai atuar sim, e muito, abrindo caminhos para a industrialização; ora no campo econômico, ora no campo jurídico-político, no ideológico, enfim, atuando em todas as frentes de acordo com as necessidades específicas de suas burguesias, de acordo também com as potencialidades e limitações de suas respectivas formações sociais.

### **O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRITÂNICO**

Não é por ter sido o primeiro que o modelo britânico deve ser considerado clássico. A meu ver, é clássico porque não teve que fazer concessões a nenhum tipo de relação de propriedade pré-capitalista para se desenvolver, ou melhor, não teve que se adequar a limitações impostas por sociedades muito resistentes a formas de produção voltadas exclusivamente para o mercado, sobretudo no campo, expressas no apego a economias camponesas de subsistência. Nele, o capitalismo avançou agressivamente sobre o campo, transformando a terra e a força do trabalhador direto em mercadorias, produzindo um excedente de mão-de-obra desprovido de tudo exceto a sua própria força de trabalho e, por conseguinte, abastecendo a cidade daquilo sem a qual a acumulação de capital não avançaria, a saber, mão-de-obra assalariada. Além de praticamente eliminar a agricultura camponesa, transformando o trabalhador rural em assalariado, o avanço do capitalismo no campo pôs fim ao isolamento rural, convertendo todas as regiões num único mercado nacional integrado. E mais ainda, trabalhando em troca de salários, os trabalhadores rurais tinham que procurar no mercado quase tudo o que consumiam, optando, evidentemente, pelos produtos mais baratos, produzidos nas fábricas, levando, pois, à ruína o artesanato rural, incapaz de competir com os preços industriais.

Portanto, o radicalismo do processo britânico de industrialização, compreendendo o avanço do capitalismo no campo como parte integrante e fundamental deste processo, ainda que não sincronizado, de fato produziu uma falsa percepção de que nele o Estado teria se mantido quase que totalmente ausente. Parece mesmo que coube completamente aos industriais a tarefa de industrialização. Os fatos são contundentes.

Não houve investimento estatal pesado numa indústria de base, como no caso Alemão, por exemplo. A acumulação de capital necessária para os investimentos industriais se deu sem uma associação com os bancos, mais interessados em investimentos comerciais e pouco inclinados a investimentos até então considerados de risco, e também se deu, digamos, à revelia do Estado. Finalmente, não precisaram de um protecionismo alfandegário ostensivo para se desenvolverem, primeiro porque não havia competidores perigosos no mercado mundial e, segundo, porque ainda que existissem tais ameaças, contavam com a ampliação constante do mercado mundial britânico via colonialismo.

Embora contundentes, tais fatos escamoteiam a decisiva participação do Estado em esferas não econômicas, sem a qual a industrialização britânica, tal como se deu, seria impossível. Trato aqui, especificamente, das ações jurídico-políticas na implementação das transformações capitalistas sobretudo no campo (os “cercamentos”) impensável sem os instrumentos de coação, repressão e constrangimentos disponíveis somente no aparelho de Estado, e político-militar na conquista, sustentação e ampliação das áreas coloniais. Industrialização e exploração colonial marcharam juntas, de mãos dadas firmemente.

## **O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO FRANCÊS**

Uma das referências fundamentais para a análise de todos os processos de industrialização, a meu ver, é o grau de penetração das relações capitalistas no campo. Quanto maior esta penetração, dentre outras vantagens, maior o número de assalariados e, portanto, maior o mercado interno consumidor, base importante para o decolar de uma poderosa indústria. Tal foi o caso britânico. E menor, por outro lado, o desespero pela conquista de mercados coloniais, sobretudo nos estágios iniciais da industrialização. Isto explica, em parte, a vocação imperialista da indústria alemã, dada a pobreza do seu mercado interno.

Impossível, especialmente no caso francês, não começar tratando de suas limitações quanto ao avanço de relações capitalistas no campo. O campesinato, base de apoio fundamental para a Revolução Francesa, vai impor – com a sua força política - limites ao avanço do capitalismo no campo. Era temido pela burguesia. Defende a sua pequena propriedade, desencorajando a saída de trabalhadores para as cidades. A família camponesa, ademais, mantinha-se fortemente auto-suficiente, agarrada a uma economia de subsistência. Não podemos condená-la por isto, a julgar pelo destino sombrio de seus iguais na Inglaterra: marginalização, imigração, prisão e, décadas depois, a fábrica.

É importante notar que há uma relação muito forte entre a ausência de uma economia nacional de mercado vigorosa, fruto do atraso do capitalismo no campo, operando como causa, e a intervenção do Estado na economia, como efeito, seja com investimentos diretos na indústria de base, seja organizando um mercado de capital, com a ajuda dos bancos, para suprir as deficiências da própria acumulação de capital. Em França, o Estado é obrigado a ocupar os espaços que, pela via clássica, pertenceriam à iniciativa privada.

Depois da industrialização inglesa, todas as demais tiveram que contar com o apoio do Estado para se protegerem da concorrência britânica, via barreiras alfandegárias. Não foi diferente no caso francês.

É claro que outros fatores foram decisivos, como por exemplo, a descoberta de um nicho de mercado para produtos mais refinados, cuja produção ficava a cargo do artesanato rural – não destruído, via trabalho a domicílio, processo bem adequado à realidade francesa, não discutido aqui.

Repetitivo, mas necessário, citar a participação do Estado francês na obtenção de novos mercados, via colonialismo.

## **CONCLUSÃO**

Há uma contradição entre o ideário liberal e a sua prática. Repousando numa concepção de Estado acima dos interesses de classe, e portanto teoricamente preocupado

com o progresso de toda a sociedade civil, o Estado liberal, nos dois processos de industrialização estudados, vai concentrar suas energias na preparação de um terreno fértil para a acumulação do capital industrial. Todas as lutas da classe operária inglesa por reduções da jornada de trabalho, por exemplo, foram travadas contra os industriais e contra o Estado, especificamente, contra o seu aparelho de repressão. Se no caso francês o avanço do capitalismo foi contido pela resistência camponesa, não foi por terem os camponeses contado com o apoio do Estado francês, ou por terem nele os seus interesses representados. Pelo contrário, não fosse o temor deste Estado pela capacidade de luta do campesinato demonstrada na Revolução de 1789, e seguramente também seriam esmagados.

Nos dois processos estudados, as intervenções do Estado supostamente liberal na economia e na política foram decisivas. Na Grã-Bretanha, a intervenção do Estado foi decisiva para a vitória do capitalismo no campo, e mesmo não sendo uma intervenção somente econômica, foi mais decisiva do que todas as intervenções econômicas do Estado liberal francês, cujo processo industrial se arrastou por um bom tempo justamente por não ter contado com uma vitória política sobre o campesinato. Na França, o Estado atuou na indústria pesada, na construção dos caminhos de ferro, na organização de um sistema bancário, de um mercado de capitais, de um sistema de crédito, erguendo barricadas alfandegárias, conquistando novos mercados pela diplomacia e pelas armas... Na Grã-Bretanha, além da derrota às formas de propriedade pré-capitalistas no campo e o colonialismo, coube à iniciativa privada os maiores esforços para o desenvolvimento acelerado da indústria. Mas, nos dois casos, o Estado liberal foi extremamente atuante e, porque não dizer, decisivo.

Nestas condições, o Estado liberal – na prática - nunca existiu. A julgar pelos dois processos de industrialização aqui estudados, mas não só por eles, qualquer estudo comparativo de modelos de industrialização que se prenda a verificar a ausência ou participação do Estado, estará fadado ao fracasso. A questão, pois, não seria a de se buscar ou não a presença do Estado, sempre presente em todos os processos. Seria, sim, a de se avaliar o tipo de participação do Estado no processo de industrialização, ou dito de outra forma, no processo de acumulação de capital no setor industrial: se hegemônico na esfera econômica, jurídico-política ou ideológica.

Onde há acumulação de capital, há um Estado interessado na acumulação do capital. Portanto, o liberalismo econômico clássico existiu sim, ... como mito.

*Evandro de Oliveira Machado*  
*Em 20 de dezembro de 2004.*